Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor Presidente

da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Deputado Eduardo Cabrita

S. Bento, 12 de fevereiro de 2015

Assunto: Audição, com caráter de urgência, do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núncio, no âmbito do esquema de fuga ao fisco e ocultação de dinheiro promovido pelo HSBC Private Bank

O caso conhecido por *Swissleaks* revela que 611 clientes com ligações a Portugal, dos quais 219 indivíduos com nacionalidade ou passaporte português, utilizaram esquemas de fuga ao fisco e de ocultação de dinheiro promovidos pelo HSBC Private Bank.

A filial suíça do banco britânico garantia aos clientes que não partilharia nenhuma informação às autoridades fiscais dos respetivos países, mesmo que houvesse indícios de fuga ao fisco. Da mesma forma que discutiam e alinhavavam estratégias para conseguir fugir aos impostos.

Nesta filial operava um gigantesco esquema de fuga ao fisco, envolvendo clientes de vários países, entre os quais portugueses. Só entre 2006 e 2007 passaram por este esquema cerca de 180 mil milhões de euros, repartidos por 100 000 contas bancárias e 20 000 entidades offshore. É uma quantidade imensa de dinheiro que fugiu a impostos e que prejudicou as finanças públicas de vários países, incluindo Portugal.

Em 2008, este esquema é denunciado por um funcionário do banco ao Governo francês. Com a denúncia segue também a lista de clientes que aderiram a esta forma de fuga ao fisco e de ocultação de dinheiro.

Em 2010, o Governo francês – pela mão de Christine Lagarde – terá enviado esta mesma lista aos países com contribuintes envolvidos no esquema. Também nesse ano a Autoridade Tributária nacional diz estar a encetar esforços para aceder aos dados do esquema e proceder a investigação. A partir daí, nada mais se sabe sobre essa investigação.

Sabe-se sim que entre 2006 e 2012 o Estado implementou dois RERT (regime excecional de regularização tributária de elementos patrimoniais que se encontrem no exterior).

Face a esta situação em que é exposta uma gigantesca fraude que lesa os Estados e os seus contribuintes; face ao facto de já em 2010 a Autoridade Tributária ter dito que iria investigar a situação sem resultados aparentes; face à realidade da situação exposta ser transversal às entidades bancárias a operar na Suíça; e tendo em conta que Portugal, recorrendo a mecanismos como os RERT pode ter amnistiado situações de fuga ao fisco, é necessário e urgente ouvir o Governo sobre o assunto e sobre as investigações em curso. É também necessário clarificar que medidas diligenciou o Governo, até agora, com a informação constante nessa lista – do ponto de vista fiscal e de eventual participação criminal ao Ministério Público.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com caráter de urgência, a audição do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núncio.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

Pedro Filipe Soares